

Feministas defendem ampliação do debate sobre o direito ao aborto

Nesta quarta-feira, dia 19, organizações de mulheres ligadas a diversas redes e articulações nacionais estarão em Brasília para pressionar pelo adiamento da reunião da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara de Deputados/as, cuja pauta prevê a votação de projetos favoráveis e contrários à descriminalização do aborto.

De acordo com a mobilização organizada pelo atual ponto focal da Campanha 28 de setembro, Gilberta Soares (Coletivo Feminista Cunchã/Rede Nacional Feminista de Saúde), pressionar pelo adiamento da votação faz parte de uma estratégia mais ampla dos movimentos de mulheres, que lutam para que o debate sobre a questão seja aberto para toda a sociedade. Estão sendo enviadas cartas de manifestação de apoio aos projetos de Lei favoráveis à descriminalização do aborto e à proteção dos direitos sexuais e da saúde reprodutiva das mulheres brasileiras.

Também está será entregue aos parlamentares da CSSF a Moção sobre o Aborto, elaborada e aprovada por cerca de 450 mulheres, presentes ao final do 14º Encontro Nacional Feminista. O documento protesta diante das tentativas anti-democráticas contrárias ao direito de decidir das mulheres, e afirma a necessidade de o governo brasileiro cumprir os compromissos internacionais assumidos em relação aos direitos das mulheres.

Pesquisa

O debate sobre o direito ao aborto foi abordado em pesquisa recentemente divulgada pela Comissão de Cidadania e Reprodução instalada no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap (veja seção CONtextos). De acordo com a pesquisa, seis em cada dez brasileiros/as são contrários/as à proibição do aborto. Dentre as duas mil entrevistas realizadas, em 145 municípios do país, a maioria (53%) apóia o aborto legal vigente e 10% das/os entrevistadas/os querem ampliar a permissão para o aborto. Chama a atenção, entre os dados apresentados, o fato de 58% das/os entrevistadas/os não acompanharem o debate sobre o tema, no Brasil. O que confirma a luta de feministas brasileiras, que desejam levar o debate para a sociedade.

Aconteceu o XIV ENF ! - Com uma plenária tranqüila e bem conduzida politicamente pela comissão organizadora, encerrou-se dia 16, o 14º Encontro Nacional Feminista, com o tema "Feminismo como projeto de vida". A comissão organizadora recebeu as felicitações por ter enfrentado as adversidades dos contextos local e nacional, e por ter garantido o espaço de encontro do feminismo brasileiro. O Encontro cumpriu toda a agenda planejada e foi aberto com mais de 300 participantes, conforme anúncio da Comissão Organizadora. A maioria das participantes era do Rio Grande do Sul.

Para a AMB, fica o acerto da decisão em colaborar com a realização do 14º ENF, conforme definiu a VIII Reunião Nacional de seu Comitê Político, em abril deste ano. A coordenação executiva da AMB pôde participar do ENF graças à transferência na data de sua reunião - de julho, para os dias 11 e 12 de novembro. Além disso, a cobertura do *Articulando Eletronicamente* contribuiu com informação e mobilização para o encontro. **Leia mais sobre o ENF nesta edição.**

IV Diálogo contra o Racismo

Encerra-se hoje, no Rio de Janeiro, a quarta edição dos Diálogos contra o Racismo. Às vésperas do 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, o IV Diálogo reuniu representantes de diversas organizações da sociedade civil, vinculadas à AMB, à Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras e ao Observatório da Cidadania. Criados em 2001, por ocasião da *III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância (Durban)*, os Diálogos contra o Racismo têm como principal sentido o de incorporar a igualdade racial como princípio constituinte e inegociável da nossa proposta de transformação radical da sociedade.

Pauta

Ontem (17), primeiro dia do evento, firmou-se acordo para uma campanha com data de lançamento em 21 de março de 2004, no Dia Mundial de Luta contra o Racismo. Foi definida, entre as prioridades, a formação de alguns grupos de trabalhos. Entre os temas escolhidos: mídia e racismo; racismo e mercado de trabalho; juventude e racismo.

Hoje (18), no segundo dia, acontece um painel aberto ao público, no Centro Cultural do Banco do Brasil (RJ), com presença de Sueli Carneiro (Geledés), Antonio Brito (Núcleo Gestor do Fome Zero/Banco do Brasil), Bernardo Ajzenberg (Folha de São Paulo), Claudius Ceccom (Cecip) e Liv Sovik (professora da UFRJ). Para a ocasião, também foram selecionados filmes, depoimentos e experiências de ações afirmativas em empresas, mídias, escolas, órgãos de governo e universidades.

De acordo com Fernanda Carvalho, do Ibase, a perspectiva das organizações coordenadoras dos Diálogos é promover iniciativas semelhantes em diversas cidades do Brasil.

Impressões do FSB

Em meio às muitas mobilizações deste ano, o I Fórum Social Brasileiro conseguiu reunir perto de 15 mil pessoas. Marcado pela presença majoritária da jovem militância partidária de esquerda, o Fórum revelou, em Minas, a força do pessoal ali engajado nos trabalhos sociais religiosos, em sua maioria católicos. O público do I Fórum Social inclui ainda, em menor proporção, mas com grande visibilidade, feministas e militantes negras/os de movimentos anti-racistas. E não faltou a militância das campanhas contra livre comércio e, em menor proporção, integrantes de movimentos ambientalistas e pela livre orientação sexual.

Estranheza e incômodo não faltaram entre tão distintos setores. Na abertura, o show inicial, patrocinado pela Petrobrás, com moças rebolando no palco, foi interrompido por feministas ali presentes, protestando com justiça contra a estética ali apresentada, que em nada revelava ser possível outro mundo. Nos dias seguintes, um jornal conservador católico foi distribuído fartamente, condenando a defesa do direito ao aborto, citando nominalmente Fátima Oliveira (Rede Feminista de Saúde) e Gilberta Soares, do Coletivo Feminista Cunha (e atual Ponto Focal da Campanha 28 de setembro). Esses episódios, deixam à mostra pouco compromisso com a Carta de Princípios do FSB. A presença de dirigentes partidários na coordenação e em conferências são outro exemplo disso.

O tema do aborto também foi mobilizador das feministas que se encontravam no Planeta Fêmea – em função da votação prevista para o dia 19, na Câmara de Deputados/as. O Planeta foi instalado numa tenda azul e branca, em volta da qual estavam outras vermelhas, da CUT, MST, PT, PC do B, PSTU...

A precariedade do som do Mineirinho prejudicou bastante as conferências, ficando o melhor do fórum nas atividades autogestionadas. Ali organizações com interesses afins puderam debater e refletir temas cadentes de suas preocupações, relacionadas com o contexto político e econômico brasileiro.

ESTADO LAICO E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

Promovido pela AMB, em parceria com Católicas pelo Direito de Decidir, Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM, Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM e a Rede Nacional Feminista de Saúde, o *Seminário Estado Laico e Liberdades Democráticas* reuniu militantes de movimentos sociais, do governo, religiosos/as e estudantes.

Na primeira mesa, a Marcha Mundial, reafirmou – através da fala de Maria Lúcia Silveira – a sua estratégia com as mulheres do meio popular, pela construção de uma pauta em favor da descriminalização do aborto. Sílvia Pimentel, de CLADEM, fez uma apresentação da Campanha por uma Convenção dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos, trazendo novos argumentos para a defesa do aborto legal, tema que está nos mobilizando neste momento.

Na segunda mesa, ficou afirmado que todo fundamentalismo religioso é anti-feminista, bem como a necessidade de ampliar o debate sobre a construção do Estado laico, no Brasil. Entre os desafios colocados a partir da fala dos/as palestrantes, debatedoras e das pessoas presentes, ficou o de sistematizar elementos da cultura que nos permita dizer: temos uma ética laica que nos rege, não precisamos de uma ética religiosa que nos oprima.

Reunião Ministerial da ALCA

O que está em jogo

Informe divulgado ontem (17) pela Rebrip, alerta para o “risco de uma ALCA abrangente, que contrarie os interesses da sociedade brasileira”. A declaração é de Fátima Melo, secretária executiva da Rebrip, que está em Miami acompanhando as negociações da 8ª Reunião Ministerial da ALCA, que acontece esta semana, dias 20 e 21.

Um grupo de 13 países – que já têm ou estão encaminhando acordos de livre comércio com os EUA – defende a idéia de uma ALCA abrangente, que considere e aprofunde todos os temas já colocados em discussão, indo além dos Estados Unidos, que têm restrições para discutir acesso a mercados em produtos agrícolas e apoios aos próprios agricultores, por exemplo.

Segundo informe da Rebrip, o grupo de 13 países, liderados por Canadá e Chile, exige mecanismos que assegurem vantagens aos países que fizerem maiores concessões. O impasse retoma temas inaceitáveis, tais como: negociação regional em investimentos, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual, podendo levar a enormes prejuízos, indo desde impedimentos à atual política de combate à AIDS, à restrição aos contratos de fornecimento de produtos da merenda escolar pela agricultura familiar e até a impossibilidade da regulação das atividades de multinacionais.

Em documento distribuído pela Inter-Redes, no início deste mês, a Rebrip alerta para o risco de o Brasil e os demais países do Mercosul permanecerem na negociação. Isso poderá significar mais concessões, com ameaças para os projetos de desenvolvimento nacionais. Está em discussão na ALCA: agricultura, acesso a mercados, serviços, investimentos, compras governamentais, subsídios, propriedade intelectual, política de concorrência, solução de controvérsias e outros temas. Com questões tão complexas e tantas implicações, torna-se imprescindível um plebiscito oficial, para consulta à população brasileira, o que já vem sendo cobrado em diversas ações, a exemplo das mobilizações impulsionadas ano passado, em todos os estados brasileiros, pela Campanha Jubileu2000.

Para saber mais, acesse na seção CONtextos a íntegra do documento divulgado pela Rebrip, com uma página contendo “10 motivos para dizer Não à ALCA”.

Feminismos

14º Enc. Nacional Feminista, Porto Alegre 13-16 Nov 2003

O tom dos debates do 14º ENF foi marcado pela explicitação de diferenças dos feminismos brasileiros. Falavam feministas socialistas, anti-capitalistas e comunistas, que assim se identificavam nas mesas. Outros feminismos não se autodenominaram, mas as vozes foram plurais, destacando-se as lésbicas, que tiveram uma presença marcante em todo o encontro.

Um momento emocionante foi o lançamento dos anais do 13º ENF, quando a comissão organizadora (Paraíba, 2000) deu um depoimento sobre a experiência, com suas alegrias e desafios.

Salvo engano, pelo menos nos debates não se pôde perceber a presença e as vozes de mulheres trabalhadoras rurais e de movimentos populares de mulheres urbanos, ou de suas redes e centrais, ainda que ali estivessem. O 14º pareceu marcado pela perspectiva urbana e de classe média.

Ao final, as muitas moções aprovadas revelavam a ênfase dos debates: moções contra a liberalização dos transgênicos, contra a orientação das reformas que estão sendo conduzidas pelo governo federal, em defesa das Secretarias de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial. Outras, saíram em defesa de políticas de segurança e de combate à violência contra as mulheres, contra a ALCA, pelo cumprimento - por parte do governo brasileiro - dos compromissos internacionais assumidos relativos ao aborto. Enfim, muito da pauta que vem sendo focada por distintas redes e articulações feministas, e também pelos movimentos sociais e de mulheres.

CONtextos

Em sintonia com a agenda do mês de novembro, anexamos três arquivos. Do FSB, a fala de Sílvia Camurça (AMB), sobre a "Dimensão Econômica da Justiça", na abertura da Conferência *Justiça social, direitos humanos, igualdade entre mulheres e homens, gerações e superação do preconceito racial no Brasil*".

No contexto da luta pela descriminalização do aborto, fazemos conexão com a mobilização de feministas (amanhã, na Câmara de Deputados/as), anexando o segundo arquivo. Trata-se de uma síntese dos resultados da Pesquisa realizada pela Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR) & Ibope, sobre "A Ampliação do Direito ao Aborto, no Brasil" (veja nota nesta edição). A pesquisa foi divulgada esta semana pela Dra. Elza Berquó, da CCR. A síntese circulou graças a e-mail enviado por Fátima Oliveira (Rede Nacional Feminista de Saúde).

Ainda nesta semana de novembro, teremos em Miami (EUA), a VIII Reunião Ministerial da ALCA, dias 20 e 21. Por isso, segue anexo o documento "ALCA - o que está em jogo em Miami", produzido pela Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip). O texto detalha os impasses a serem enfrentados na Ministerial da ALCA.

Plataforma Política Feminista subsidia debate no ENF

Durante o 14º ENF, a oficina organizada pela AMB promoveu o debate feminista sobre os 11 meses de Governo Lula e os limites colocados à implementação da Plataforma Política Feminista, elaborada ano passado.

Da oficina, ficaram muitas críticas à política de *tendência desenvolvimentista* do governo, que parece estar orientando a tomada de decisões relativas às hidrelétricas e barragens na Amazônia, ou diante da pressão para que sejam liberados os transgênicos. Críticas também foram feitas para a política econômica, refém do binômio segurança/insegurança do mercado, leia-se "investidores e banqueiros". Apesar da conclusão de que estamos perdendo na disputa do governo, ficou a compreensão de que - sendo um governo de coalizão - não se deve tratar o governo como um bloco, fazendo-se necessário fortalecer e estabelecer interlocução com os setores de governo permeáveis a outras visões.

No curto prazo, foi indicada a imediata mobilização em defesa das Secretarias de Políticas para Mulher e da Secretaria de Políticas para Promoção da Igualdade Racial, diante dos boatos veiculados pela mídia. A AMB disponibilizou para assinaturas a carta que sua coordenação vinha elaborando neste sentido.

A médio e longo prazos, concluiu-se que é fundamental retomar a Plataforma Feminista, traduzindo-a em instrumentos de mobilização e negociação dos movimentos de mulheres na relação com o Estado, nos próximos anos.

Próximos Encontros Feministas

Em meio à programação do 14º ENF, uma reunião entre feministas presentes ao ENF e algumas participantes do *IX Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe*, realizado na Costa Rica, ano passado, definiu que será em São Paulo próximo Encontro Latino, agendado para 2005.

Já a plenária final do 14º ENF elegeu Pernambuco para sediar o 15º ENF, no primeiro semestre de 2007. A atual comissão desejou boa sorte ao novo grupo, que dará segmento ao processo de construção deste espaço tão relevante do feminismo autônomo. Agora, ficamos aguardando os anais do 14º ENF com a avaliação e o posicionamento da comissão organizadora. Sucesso às pernambucanas e paulistas na organização dos dois eventos!